



A crise do governo Temer e nossos desafios, uma breve reflexão

Uma crise de regime e a natureza do poder

Há tempos nos acostumamos ver pela televisão afirmações vazias sobre a política brasileira e suas instituições. A cada eleição, por exemplo, ouvimos repetidamente a expressão “festa da democracia”, e logo em seguida um discurso repetitivo e monótono, mas que convenceu sempre a muitas pessoas, segundo o qual o Brasil teria suas instituições consolidadas, que a democracia estava garantida e que a ordem constitucional não seria mais abalada por rompantes da disputa política entre partidos e grupos. Mas contra fatos, não há argumentos, e o golpe de Estado que levou Michel Temer ao poder em 2016 é, para todos os efeitos, o desmentido mais categórico e eloquente para essas afirmações.

Os mesmos que repetiram insistentemente a falácia da institucionalidade consolidada, não por acaso são os mesmos que nunca nos falaram sobre a natureza do poder no Brasil. E a grande verdade, a incômoda verdade que vem a desanuviar todas as nossas ilusões, é que o Estado e o poder nesse país sempre pertenceram a uma elite econômica minúscula e egoísta. O Estado é da classe dominante e a política e o poder são exercidos pela e para essa mesma elite econômica. E nunca, é bom frisar, nunca esses setores foram ameaçados em seus interesses. Mesmo quando nos modernizamos, o fizemos preservando a distância entre ricos e pobres, sempre estivemos entre os campeões mundiais da desigualdade social, mesmo os direitos mais básicos, garantidos pelos países de PIB equiparável ao nosso, tais como acesso à saúde, educação, igualdade jurídica etc, sempre nos foram negados. O jogo baixo que se vê nos bastidores do Congresso e no Executivo nada mais é do que a disputa entre grupos de indivíduos, cada um em luta para representar a seu modo os mesmos interesses. As delações da Odebrecht e mais recentemente do Empresário Joesley Batista, do grupo JBS, nada mais são do que a revelação um pouco tardia de um fato sobejamente conhecido: o patrocínio de políticos por empresas, às quais esses senhores realmente representam. A maior parte de todo o escândalo que se abate no Brasil, que já atingiu a dezenas de políticos, até agora estão relacionadas às delações de apenas dois grupos empresariais. Se hipoteticamente a trilha das investigações chegasse às empresas do capital financeiro, aos tubarões das saúde e educação privada, às máfias das terceirizações, aos mercadores da fé popular etc, possivelmente o número de políticos envolvidos saltaria com facilidade para as centenas, o *modus operandi* da compra de políticos por corporações seria posto a nu, revelando os reais compromissos do presidente, seus ministros e de todos os governadores, da esmagadora maioria dos senadores e deputados, além de obviamente dos asseclas existentes nas mais altas cortes do judiciário. Nessa hipótese, todo o Estado, todas as formas de representação



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



institucional estariam em xeque, afundadas no mar de lama da incredibilidade e da desmoralização pública. O caos estaria instalado, dessas cinzas poderia surgir algo novo. Mas não é isso o que está posto. As revelações do grupo JBS, que no momento da escrita desse texto têm já um mês de maturação, deixam a descoberto apenas uma pequena parte do imenso corpo em decomposição da política de Estado no Brasil, mas para o bem ou para o mal, essa parte é justamente sua cabeça.

Passado esse primeiro mês, e tendo visto os desdobramentos iniciais, as reações da imprensa, ela mesma dependente do capital, das manobras do nosso infame presidente e seus parceiros de quadrilha, bem como das ações e tendências do Congresso, dos posicionamentos do judiciário e das disposições do movimento social e sindical, podemos ter uma visão mais lúcida das possibilidades que o futuro nos reserva. É óbvio que tudo pode mudar, pois o horizonte à nossa frente ainda é curto, e o nevoeiro da crise política torna incerta qualquer previsão, ainda que para períodos muito breves.

O compasso da crise e a reação das forças sociais

As denúncias do Empresário Joesley Batista vieram a público no dia 17 de maio, quando boa parte da categoria representada pelo SINASEFE estava se deslocando para nosso 31º Congresso, em Salvador-BA. As expectativas geradas pelo fato foram muitas, afinal, desde 2006, quando se iniciou a ofensiva golpista da direita com a apropriação do discurso anticorrupção, era essa a primeira vez que víamos de forma tão nítida as implicações diretas de dois dos mais importantes representantes do capital: Temer e Aécio Neves. O afastamento de Aécio Neves das suas funções parlamentares horas depois do início da crise foi por si só um grande marco da virada da conjuntura. No dia 18 de maio, as expectativas da renúncia de Temer chegaram a ser grandes. O Congresso chegou a ser interrompido para assistirmos o pronunciamento do presidente, apenas para ouvirmos: *“não rrrrenunciarei, repito não rrrrenunciarrrei!”*. Mas a denúncia já era de conhecimento internacional, as cartas estavam postas na mesa. A expectativa de uma nova e decisiva Greve Geral empolgava. Sentíamos, como já muito tempo não, que as coisas poderiam mudar, que poderíamos assistir a queda temer, a ofensiva da classe trabalhadora, o fim das contrarreformas colocadas e a reversão dos ataques já feitos. Imediatamente a política nacional se tornou prioridade ante qualquer pauta específica. Já em nosso Congresso, delegados e delegadas de todo o país intensificaram as mobilizações para a realização do #OcupaBrasília, marcado para 24 de maio. Como esperado, os congressistas deliberaram por consenso interromper os trabalhos e ir para a rua. Participamos de uma manifestação convocada de imediato na própria quinta-feira (18/05), adiando para a sexta (19/05) a aprovação do Regimento Interno do fórum. Na sexta fizemos atos, como era previsto, nas reitorias do IFBA e do IF Baiano, e ainda nos dirigimos para o Pelourinho para um ato unificado com várias



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



entidades. A primeira reação da base do SINASEFE às denúncias contra Temer foi enérgica e aguerrida! Por cima de todas as rivalidades e divergências internas, foi unânime nosso chamado para a mobilização, pela construção do #OcupaBrasília e pelo chamado à Greve Geral.

O #OcupaBrasília, então previsto para ser realizado na semana seguinte ao 31º CONSINASEFE, no dia 24 de maio, tinha para alguns de nós o sabor de uma derrota. Havia sido marcado contra nossa posição, definida na 149ª PLENA, de se construir uma nova Greve Geral. Até o alvorecer das notícias que expuseram a público os graves casos de corrupção do governo Temer, não se esperava em Brasília-DF nesse dia mais de 50 mil pessoas. A nova situação, contudo, trouxe outro ímpeto. Em Salvador-BA, vários congressistas modificaram suas passagens e ao invés de retornarem para suas casas, foram direto para a capital federal. No dia 24, Brasília-DF foi ocupada com mais de 150 mil pessoas, com avaliações de mais de 200 mil para alguns de seus participantes. Todas as centrais sindicais, milhares de sindicatos, movimentos populares, entidades estudantis, MST, MTST etc. O país parou para ver o povo marchar. A truculência do governo Temer em atacar os manifestantes e levar um dos nossos à beira da morte (atingido por arma de fogo) repercutiu em todo o país, aproximando os golpistas da corda bamba. Mas desde o primeiro dia da crise, Temer e sua quadrilha se movimentaram no sentido de assegurar apoio de seus mandatários maiores, e partiu para uma corrida de aprovação a qualquer custo de suas contrarreformas previdenciária e trabalhista.

A crise e as reformas

As denúncias de Joesley Batista não atrasaram o andamento das reformas, muito pelo contrário. Talvez a primeira e mais importante observação a ser feita é que existe um argumento comum em todos os setores da imprensa e de grande parte dos aliados e até mesmo de opositores do *presidente* Temer: o de que, acima de tudo, é preciso garantir as “reformas que o Brasil precisa”. Esse é o ponto central! Há um claro movimento no sentido de resguardar o “legado” de Temer. De certa forma, a crise política que se abateu sobre o Palácio do Planalto tem sido habilmente utilizada para tirar de foco os aspectos mais nocivos das reformas trabalhista e da previdência. Pouco ou nada tem se falado no último mês sobre o mérito do que está em discussão e prestes a ser votado, simplesmente se fala na dificuldade ou facilidade do governo em aprová-las. De outro lado, temos visto louvores às atitudes dos presidentes da Câmara e do Senado em, a despeito das condições adversas, não poupar esforços em fazer andar as ditas reformas. Essa tática tem sido funcional ao projeto do capital implementado a toque de caixa pelo governo Temer. Cria uma nuvem de fumaça ao redor do conteúdo dos ataques, concentrando o foco das atenções nos bastidores da crise política e



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



resguardando o projeto da reestruturação do Estado segundo os interesses das frações dominantes do capital para serem levadas à frente a ferro e fogo, seja por Temer ou por quem o suceder.

Disso podemos tirar uma primeira conclusão: independente do volume e da dimensão da crise no último mês, nem em um dia sequer a hegemonia do capital esteve em risco. Estávamos sob severo ataque de Temer e continuamos sob essa situação agora em situações talvez mais adversas, pois não contamos com a atenção da maioria da população para os graves projetos que caminham contra a classe trabalhadora, agora colocados sob um segundo plano de atenções. Não por acaso, os movimentos de Temer no sentido de comprar apoio dos deputados à reforma da previdência, que podem significar a liberação de R\$ 6 milhões em verbas para “projetos” de cada deputado (revelado pela Folha de São Paulo, no dia 9 de junho), não receberam quase nenhuma atenção. Enquanto nossos olhos estão voltados para foco das atenções, o projeto de reforma do Estado sob a ótica neoliberal avança a passos largos.

Nada é novo, mas tudo é mais radical. A financeirização da economia fez mais do que privatizar o setor público e transferir um volume crescente de recursos para o capital financeiro através dos serviços da dívida (como se isso fosse pouco). Na verdade, o crescimento vertiginoso dos investimentos especulativos nas bolsas de valores tem exercido uma pressão constante sob os gestores dos capitais privados no sentido de que se consiga uma alta constante do “valor acionário” dessas empresas. E um dos critérios mais importantes para a atribuição desse valor é justamente a capacidade das empresas em ter um retorno (*spread*) cada vez maior sobre o capital investido, isso significa nada menos que aumento da lucratividade que se tem com cada trabalhador, leia-se, com a exploração do trabalho. Quanto maior a taxa de lucro sobre o capital investido, maior a possibilidade de que essa empresa venha a quitar suas dívidas com os investidores, evitando falências. Quanto mais desobrigadas as empresas são com seus trabalhadores, mais garantias os acionistas terão de recuperar seus investimentos num momento de turbulência. Esse tipo de lógica, que tem presidido com força cada vez maior as empresas privadas, está na base, por exemplo, do adjetivo “modernização” que sempre acompanha a reforma trabalhista e na convicção com que defendem a generalização das terceirizações. Modernizar, nesse caso, significa estabelecer o maior número de possibilidades para os capitais se salvarem em detrimento dos trabalhadores. Para os asseclas da burguesia financeira, o sacrifício dos trabalhadores é tido como a coisa mais natural e necessária do mundo para salvar o que se considera um “bem maior”: o mercado financeiro, seus investidores e o capitalismo entendido como último e mais avançado estágio da humanidade.

Com muita frequência se atribui como causa do avanço do capital financeiro a onda de desregulamentação e enfraquecimento dos Estados. Se à primeira vista há alguma lógica nesse raciocínio, ele tem uma fraqueza fundamental que consiste em atribuir ao efeito o papel causal. A necessidade de exploração mais efetiva do trabalho



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



se torna cada vez maior quanto mais generalizada se torna a perda de direitos e a precarização do trabalho em escala mundial. O neoliberalismo pressupõe uma governança financeira mundial que não reconhece estados nem fronteiras, os Estados diminuem e retiram direitos como resultado dessa financeirização mundial, sob pressão de suas burguesias nacionais cada vez mais associadas com capitais financeiros internacionais para poderem sobreviver a uma concorrência cada vez mais selvagem entre capitais do mundo inteiro. Cada hora de trabalho cobrada a menos na China, pressiona o mundo todo a “modernizar” suas leis trabalhistas e relações de trabalho. Esse processo transcende as esferas coletivas e penetram no amago das formações individuais. Cada vez mais as pessoas se colocam na necessidade de conceberem-se a si mesmo como um capital. Daí a necessidade do investimento em si mesmo através de cursos de formação superior, na obtenção de uma casa própria, de um segundo curso superior, de investimentos de parte dos rendimentos para assegurar a velhice etc. Cada vez mais, a insegurança e incerteza com relação ao futuro pautam as escolhas individuais. Vivemos a propagação de uma nova subjetividade, de um novo tipo de individualismo muito mais radical e egoísta: “*adapta-te ou te devoro*”, diz a moderna Quimera.

Na lógica neoliberal, todos os malefícios sociais são atribuídos à inexistência ou à incompletude de uma sociedade de trocas perfeitas, onde o tamanho do Estado em relação ao PIB jamais deveria ultrapassar os 15%. Nesse sentido, todos os problemas até então atribuídos ao capitalismo selvagem, tais como desemprego, a desigualdade social, a violência etc, são atribuídos ao Estado e à ineficiência do setor público. Vivemos assim num perverso círculo vicioso, quanto mais se deterioram as condições de vida em função da retirada de direitos e da ampliação das formas de exploração do trabalho, quanto mais o mercado financeiro abocanha um quinhão cada vez maior da riqueza arrecada pelos nossos impostos, quanto mais os asseclas do capital argumentam que temos que “avançar” e retirar mais e mais direitos, em entregar tudo ao setor privado, em abrir mão dos serviços públicos e dos poucos direitos que ainda possuímos, prometendo que quando nada mais nos restar, a vida de todos será muito mais próspera.

Os defensores do neoliberalismo são os campeões do cinismo, quanto maior o desemprego, mais insistem que é necessário cortar as garantias dos trabalhadores ainda empregados. Quanto mais os salários são baixos, mais insistem em desregulamentar as relações de trabalho e possibilitar que aqueles que ainda trabalham recebam menos por sua jornada e produtividade. Quanto mais os serviços sociais se precarizam, mais defendem políticas de austeridade e cortes no orçamento. Em síntese, quanto mais um mal cresce, defendem como remédio justamente o aprofundamento deste malefício.

Assim é que mesmo desta crise política se tenta retirar dividendos, e em meio à sua completa desmoralização o governo Temer já começa a se movimentar no sentido de fazer, sob aplausos da mídia golpista, para além das reformas da previdência e trabalhista, também a reforma política, que nas suas propostas significará a adoção do



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



parlamentarismo e do voto distrital misto. Estas proposições se coadunam completamente com a visão neoliberal de que a gestão pública é eminentemente “técnica” e não política, e que é preciso resguardar o Estado das pressões dos sindicatos e da opinião pública. Nesse sentido, o parlamentarismo é nada menos que a garantia de que o poder hoje exercido por um presidente eleito (com todos os seus problemas) será transferido a um primeiro ministro, escolhido ou pelo partido mais votado ou indicado por uma coligação que componha a maioria do parlamento. Isso significará que em qualquer tempo as possibilidades de coligação entre os partidos mais orgânicos do capital, tais como PSDB, DEM e PMDB, poderão se unir para indicar o primeiro ministro. Em momentos de crise, poderão recorrer ao “patinho freio do capital”: o PT. Em qualquer caso, prevalecerão os conchavos e acordões. A própria composição do Congresso Nacional será condicionada por uma nova lógica. Metade dos parlamentares será eleita regionalmente, por áreas pré-determinadas, onde os candidatos que ali tiverem domicílio eleitoral disputarão as vagas. Isso dificultará enormemente a eleição dos parlamentares da esquerda, pois, de um modo geral, esses parlamentares têm a votação distribuída em regiões mais amplas. Será a vantagem final do chefe político local, que controla um curral sobre um eventual ex-sindicalista, que tem sua base eleitoral distribuída por uma categoria dispersa em vários distritos eleitorais. A outra metade dos parlamentares será eleita por lista fechada dos partidos. Nesta, parlamentares notoriamente envolvidos em corrupção poderão ser facilmente reeleitos, visto que os partidos terão autonomia para determinar a ordem de chamada dentro de suas próprias conveniências. Se essa reforma política proposta pelo governo Temer for aprovada, os trabalhadores terão remotíssimas possibilidades de impor seus interesses frente a um Congresso sempre financiado e comprometido com os interesses do capital. E tudo isso está sendo feito durante os momentos mais duros da crise política, pretensamente sob o argumento de solucionar e preservar os futuros governos de futuras crises.

Isso nos leva a uma segunda conclusão: que a crise política desencadeada pelos escândalos de corrupção não aponta de forma alguma para uma renovação da política, muito pelo contrário, o que está colocado é a perpetuação da política tradicional e a diminuição abrupta das possibilidades de mudança de rumo para o que está colocado.

Nossa categoria em meio ao caos

E como se todas essas reformas já não nos fossem desafio suficiente, tem de fazer parte da nossa conjuntura também as demandas específicas da nossa Rede e de nossa categoria. Não há qualquer sinalização, nem por Temer ou por qualquer outro que venha a sucedê-lo, de nenhuma reversão da grave situação em que vivemos. Não há perspectiva de reversão do arrocho salarial apontado por Temer e defendido pelo



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



oligopólio midiático como condição para a recuperação da economia. Os asseclas do capital nunca deixaram de vender a ideia de que o funcionalismo público é a raiz de todo o mal da sociedade e que destruir nossos direitos é a condição para a recuperação da economia e da distribuição de renda para os outros setores da classe trabalhadora, investindo na estratégia de jogar trabalhadores contra trabalhadores, de dividir para dominar.

A nossa Rede em especial, por algum tempo uma espécie de “menina dos olhos” para o governo anterior (pelo menos publicamente, pois todos sabemos da precarização da expansão), hoje é uma incógnita! Serão os Institutos Federais uma política de Estado ou uma política de governo? Ou pior, uma linha política eleitoral de um governo que já foi afastado do poder? Em meio a todos os ataques que sofremos, teremos que ter, de agora em diante, vigor em defender nosso ambiente de trabalho e a educação pública, gratuita e de qualidade. O orçamento em nossa Rede tem sido diminuído continuamente, já se contam em dezenas os *campi* que não terão, ainda esse ano, dinheiro para pagar as contas de energia elétrica. Os companheiros terceirizados estão sendo demitidos às centenas (senão aos milhares), *campi* já estão sendo fechados (caso do *campus* Taguatinga-Centro, do IFB) e vários outros estão na iminência de seguir pelo mesmo caminho. Não há perspectivas de novos concursos e o cenário projetado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que prevê duas décadas de congelamento orçamentário (resultado da famigerada PEC 241-55/2016) combinada com o PL 4330 (da privatização às atividades-fim) projeta um futuro sombrio no qual nossa própria existência está sob risco. Isso sem falar na reforma do ensino médio (que já levou representantes do governo Temer a dizer que sua implementação tornará nossa rede “desnecessária”) e o manifesto interesse do Sistema S em assumir a gestão dos Institutos Federais.

Como se tudo isso não bastasse, temos assistido em nossa Rede a uma intensificação da prática de assédio moral. No ano passado, boa parte dos reitores apoiou a luta contra a PEC do Teto de Gastos. Mas neste ano não vimos por parte deles a disposição para enfrentar o governo quando o assunto era restringir a implementação das 30 horas e do ponto eletrônico. Temos na Rede companheiros (até lideranças sindicais) demitidos em mais de um Instituto Federal. Temos servidores perseguidos e destratados, inúmeros afastamentos por motivos de saúde. E apenas para tornar essa realidade mais dramática, precisamos atentar também para o movimento dos esgotos da política, em especial o Movimento Escola Sem Partido, que tem em vários lugares perseguido servidores da educação. No Cefet-RJ e no Colégio Pedro II temos servidores processados por um procurador do Ministério Público que assume como sua missão erradicar da educação “os comunistas”, como se na ditadura estivéssemos. O SINASEFE foi protagonista no chamamento da Frente Escola Sem Mordça, o movimento se espalhou e várias frentes estaduais se formaram pelo país, mas isso não foi ainda suficiente para deter a sanha odiosa dos *bolsominions* que ainda não estão



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



derrotados. Os tempos são difíceis, até a liberdade de expressão e o pensamento crítico estão sob ameaça. Nunca como agora nossa disposição, nosso espírito de luta, nossa esperança e capacidade de união serão tão necessários.

Os caminhos do capital para superar a crise

Nesse jogo complexo e baixo, tudo pode acontecer de um momento para o outro. A reforma trabalhista não foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais por um voto. No dia seguinte o Planalto se apressou em retaliar os dissidentes da base aliada, mandando demitir funcionários indicados pelos senadores rebelados. Esse tipo de ação tanto pode intimidar novas defecções, como aumentar seu número, e repercutir na votação da aceitação ou não da denúncia da Procuradoria Geral da República e/ou mesmo enterrar de vez as reformas.

E caso não se consiga avançar nas reformas, Temer perderá qualquer utilidade para o capital, perderá os poucos apoios que lhe restam, e sua queda será iminente. Mas a quadrilha mais perigosa do país tenta se mostrar ainda fiel e ainda útil. Não há ainda uma unidade do capital quanto a se Temer fica ou sai. Nos momentos imediatamente posteriores à eclosão das denúncias, havia uma notável desorientação, com a maioria dos meios de comunicação denunciando e pressionando pela sua derrubada ou renúncia. Nesse momento, passado mais de um mês do início dessa crise, já é perceptível um arrefecimento das críticas.

Enquanto aquecemos os tambores do lado de cá. A burguesia se reorganiza do lado de lá. Acuado, Temer segue firme em sua “fuga para a frente”, tentando se mostrar funcional a seus patrões e jogando todas as suas fichas na aprovação das reformas da previdência, trabalhista e política, além de seguir na sua política de perdão de dívidas às grandes corporações e arrocho salarial para o andar debaixo. Enquanto gritamos “Fora Temer”, as classes dominantes desse país estão já discutindo as possíveis alternativas para a sucessão de seu serviçal. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, é o próximo da linha sucessória, mas é denunciado na Operação Lava Jato e pode ser impedido de assumir ou obrigado a sair, se virar réu. O terceiro da fila é o Presidente do Senado, Eunício de Oliveira, mas ele também é denunciado na Lava Jato e também tem as mesmas restrições que Maia. A próxima na lista é a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmem Lúcia. Pode ser que nenhum dos dois primeiros tenha condições morais e nem a devida credibilidade para colocar em execução em sua plenitude o projeto da burguesia, e que a terceira possibilidade não seja tão manobrável, nem tenha a mesma organicidade com o capital, embora sem dúvida também apresente um forte perfil conservador.



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



Outra possibilidade constitucional é a eleição indireta. Neste caso, existem vários nomes orgânicos da burguesia que poderiam desempenhar esse papel, desde Fernando Henrique Cardoso (que já deu entrevistas rechaçando a possibilidade), Nelson Jobim, ou mesmo outro nome ligado ao judiciário, tal como Joaquim Barbosa, opção que a exemplo de Carmem Lúcia seria uma espécie de *mandato tampão* visando assegurar a estabilidade política até o pleito de 2018. Embora seja uma saída dentro da Constituição, existem várias interpretações dissonantes quanto a quem pode ser candidato numa eleição como essa, e certamente o STF será chamado a se posicionar e também esse processo pode ser de muita crise.

A oposição parlamentar jogou grande expectativa no julgamento do TSE da chapa Dilma-Temer, mas as articulações de bastidores deram o tom. Os mesmos ministros (com Gilmar Mendes à frente) que julgavam insustentável a chapa no momento em que o *impeachment* não havia ocorrido, foram extremamente moderados na hora de pronunciarem seus votos quando o presidente já era Temer. O PSDB, proponente original da ação, chegou a se comprometer a recorrer, mas até o momento nada indica que essa afirmação tenha sido algo mais sério que uma promessa eleitoral. O mesmo PSDB não rompeu com o governo e mantém ainda seus ministérios. Pode ser um abraço de afogados com péssimas repercussões eleitorais para 2018, mas sem dúvida é a melhor possibilidade de garantir o governo, ainda que em crise. A unidade desses dois partidos (PSDB e PMDB) pode ser decisiva para se garantir os 178 votos necessários na Câmara dos Deputados para que Temer não vire réu no STF com a denúncia da Procuradoria Geral da República. Nesse caso, o presidente teria de ser afastado durante o julgamento.

Certamente esse abraço entre PMDB e PSDB não visa salvar somente o presidente, mas também o mandato do até então “menino de ouro” do PSDB, o senador Aécio Neves, que só por muita generosidade e muita influência ainda não foi parar atrás das grades. Possivelmente a coligação que levou Temer ao poder já maquina os caminhos possíveis para desgastar também os representantes do antigo governo até o momento das eleições do ano que vem. Não por acaso o depoimento de Joesley Batista no dia 21 de junho falou mais das suas irregularidades ao tempo do governo do PT que qualquer outro. O potencial dos irmãos Batista de comprometer outros setores políticos até o ano que vem é enorme. São de fato grandes mafiosos e sanguessugas do dinheiro público. Além da Operação Lava Jato, os dois irmãos Batista, estão sendo investigados nas operações *Greenfield* (sobre irregularidades em fundos de pensão de estatais), *Sépsis* (sobre suspeita de pagamento de propina para obter recursos do FGTS), *Cui Bono* (sobre concessão ilegal de créditos da Caixa) e também na Operação Carne Fraca. Somente na denúncia que motivou a atual crise política, Joesley citou 1.893 políticos e autoridades públicas, entre elas o Presidente da República, cinco ministros, seis senadores, 15 deputados federais, quatro governadores, um vice-governador, um prefeito e um procurador da república, sem falar de tantos outros ex-deputados, ex-



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



governadores, ex-senadores, ex-ministros e ex-presidentes. A possibilidade de que a crise cresça como um monstro que devore a todos é muito plausível, lançando a sucessão eleitoral de 2018 num cenário sombrio e aterrador no qual tudo pode acontecer, inclusive a ascensão de aventureiros salvadores da pátria.

Os caminhos do movimento social e nossas tarefas urgentes

A burguesia e o capital financeiro não querem nem ouvir falar em eleições diretas, muito menos em eleições gerais. No primeiro caso, seria a eleição antecipada de um novo presidente para os próximos quatro anos ou a eleição de um mandato tampão para alguns meses. No segundo caso, seria a antecipação da eleição para presidente e também para o Congresso Nacional, de todos os deputados federais e senadores. Em qualquer dos casos, seria necessária a mudança da Constituição, o que só pode ser feito através de duas votações na Câmara e duas no Senado, cada uma delas com quórum qualificado, ou seja, com pelo menos dois terços dos parlamentares de cada uma das casas votando a favor da proposta. Já existe inclusive uma proposta tramitando no Senado para a antecipação das eleições para presidente. Não há nenhuma tramitação de proposta de eleições gerais, e há sob essa proposta muito mais polêmica entre os parlamentares, visto que seria votar pela antecipação de uma eleição na qual muitos dos próprios votantes correriam o risco de não serem eleitos, mas ainda num cenário de proposições de reformas impopulares e de delações que podem surgir sem o controle ou a previsão de ninguém.

Só uma imensa pressão dos movimentos sociais será capaz de pressionar o Congresso Nacional. A Greve Geral do dia 28 de abril desse ano foi talvez a maior de nossa história. O ato do #OcupaBrasília no dia 24 de maio superou todas as expectativas das entidades e movimentos que o organizaram. A Greve Geral de 30 de junho mostrou que o fôlego da classe trabalhadora para seguir lutando contra a retirada de direitos está longe de acabar. O governo Temer vive seus mais altos índices de impopularidade, por toda a parte sente-se a disposição para a mudança! Ainda assim, já é visível no momento em que esse texto é escrito que existe uma inesperada desmobilização por parte de algumas entidades classistas e por importantes centrais sindicais. O calendário eleitoral, a moderação parlamentar, possíveis acordos visando a preservação de lado a lado nessa imensa crise podem estar interferindo nessa conjuntura.

Mais do que nunca, o SINASEFE precisa se firmar como um sindicato independente de qualquer governo, se filiar ao sindicalismo mais combatente e de luta. O momento nos desafia. Nossa prioridade nesse momento tem de ser pela derrubada do governo Temer e suas reformas neoliberais, mas sem esquecer também das demandas específicas de nossa categoria.



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Fundado em 11/11/1988

CNPJ: 03.658.820/0001-63



Existem tarefas que têm de ser feitas pelas seções sindicais. Existem tarefas que cabem ao sindicato nacional. Existem tarefas que têm de ser realizadas pelo conjunto dos sindicatos e centrais sindicais. Em nível das seções sindicais, precisamos fazer chegar a toda a nossa base o conhecimento do que estamos passando. É preciso que cada servidor e até os estudantes saibam o que está por trás do governo Temer. Que saibam dos bastidores de sua crise, de sua corrupção e seus compromissos com o capital. É preciso que todos saibam o que nos espera se não derrubarmos as reformas da previdência, trabalhista e política e se não revertemos, em futuro breve, a Emenda Constitucional 95, as terceirizações às atividades-fim e a reforma do ensino médio. É preciso que cada pessoa, independente se estudante, servidor ou cidadão, saiba dos riscos de precarização, fechamento e privatização que corre a nossa Rede especificamente. É preciso que lutemos contra o ponto eletrônico em todos os lugares, que denunciemos e combatamos cada caso de assédio moral. É preciso se engajar em cada data de mobilização.

O SINASEFE tem de estar, como sempre esteve, pugnando pela unidade entre as entidades, frentes e centrais sindicais rumo à construção de uma nova Greve Geral e pela derrubada do governo Temer: Fora Temer, nenhum direito a menos!

É preciso, também, exigir do Estado brasileiro, seja que governo for, o cumprimento dos acordos e promessas, pelo fim do arrocho salarial! Racionalização, já! Fim do ponto docente! Não à Portaria 17! RSC para os aposentados e técnico-administrativos, entre tantos e tantos temas.

O momento é grave e, mais do que nunca, precisamos superar as divergências e passar por cima de qualquer disputa interna.

É preciso, ainda, cobrar e apoiar nossa central – a CSP-Conlutas – pela construção da unidade e da mobilização. Precisamos fortalecer o campo da esquerda sindical e pressionar a CUT, a CTB, a Intersindical, assim como a todas as outras centrais para construir uma nova e grande Greve Geral. Só a unidade da classe trabalhadora poderá barrar de vez as espadas que pairam sobre nossas cabeças.

Às ruas companheiras e companheiros, até à vitória, sempre!



SCS, Qd 2, Bl C, Ed Serra Dourada, Sls 109/110 - CEP: 70300-902 - Brasília-DF
Fone: (61) 2192-4050 - Fax: (61) 2192-4095 - e-mail: dn@sinasefe.org.br
website: www.sinasefe.org.br